

política

Governo presta esclarecimento sobre a concessão do Bloco 2

Projeto compreende estradas nas regiões do Vale do Taquari e Norte

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Após deputados estaduais gaúchos manifestarem insatisfação com a nova proposta do governo Eduardo Leite (PSD) de concessão do chamado Bloco 2 de rodovias, que compreende estradas localizadas nas regiões do Vale do Taquari e Norte, o secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, compareceu a uma audiência pública na Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização da Assembleia Legislativa para prestar explicações sobre o modelo. A pasta comandada por Capeluppi é a responsável por desenvolver o edital da concessão.

A reunião iniciou com o secretário apresentando os principais pontos da proposta e uma argumentação em defesa do novo modelo. O projeto de concessão do Bloco 2 reduziu o preço da tarifa de pedágio, anteriormente em R\$ 0,23 por quilômetro rodado, para R\$ 0,19, podendo chegar a R\$ 0,18 no caso de os municípios da região aceitarem uma proposta do Executivo de isentar a cobrança do Imposto de Serviços de Qualquer Natureza (ISS) da tarifa.

A maior tarifa prevista, conforme apresentou Capeluppi, seria em trecho da ERS-130 em Encantado, que custaria cerca de R\$ 5,66, com uma redução que chega a R\$ 4,37 em caso de isenção do ISS. Já a mais barata é em parte da ERS-130 no município de Arroio do Meio, com R\$ 2,17 considerando a cobrança do imposto e R\$ 1,68 com a isenção.

Para defender o modelo, Capeluppi citou pesquisas da Confederação Nacional do Transportes (CNT)



Secretário Capeluppi (e) foi à reunião da Comissão de Serviços Públicos

que apontam para uma má qualidade nas estradas gaúchas. “Uma das constatações sempre trazida nesses estudos é que ocorrem custos operacionais em razão da má qualidade das nossas rodovias. Esses estudos mostram ainda que no Rio Grande do Sul essa qualidade das rodovias é ainda pior que em outros estados, e essa má qualidade e esses custos operacionais maiores acabam repassados para a população.”

O titular da pasta de Reconstrução, para embasar que a concessão traria melhorias qualitativas, citou os investimentos realizados pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) no último ano como muito inferiores aos previstos na proposta do governo.

“Entre 2019 e 2025, o Daer investiu R\$ 39 milhões em terceiras faixas e duplicações, e R\$ 282 milhões na ERS-118. Nos primeiros cinco anos que nós estamos prevendo no Bloco 2, são R\$ 386,5 milhões em duplicações e terceiras faixas e R\$ 1,8 bilhão de investimentos de recuperação da malha existente e qualificação desta

malha”, afirmou Capeluppi.

Participou da reunião, além de deputados estaduais, o diretor da Fetransul, Paulo Ziegler, que apontou inconsistências nesta revisão do modelo apresentado pelo Piratini. Para Ziegler, as concessões de rodovias são muito adotadas por governantes brasileiros, mas o resultado, na avaliação do representante da entidade, é de onerações ao Estado.

“De forma geral, a opção de você financiar infraestrutura através de pedágios é extremamente onerosa. Em geral, de cada um real que o usuário paga, é abaixo de 40 centavos o que efetivamente se destina ao uso da rodovia para manutenção ou para fazer expansões de capacidade ou terceiras pistas. O resto se traduz em impostos, custos e lucro financeiro, então isso mostra uma eficiência ruim para este modelo que o país adota, e o Brasil é campeão mundial de rodovias concedidas.”

A sessão não havia encerrado até o fechamento desta edição. O texto completo podem ser acompanhados no site do **Jornal do Comércio**.

Vereadores debatem possibilidade de assumirem outros cargos legislativos

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofiaue@jcrs.com.br

Em discussão na Câmara de Porto Alegre, um projeto busca permitir que vereadores se licenciem para assumir, como suplentes, mandatos no Legislativo estadual ou federal. A proposição, protocolada pela Mesa Diretora da Câmara, tem como objetivo regram o procedimento a nível municipal, instituindo que o acúmulo temporário de mandatos é autorizado a políticos da Capital, que poderão retornar ao cargo a que são titulares após o exercício da suplência.

A Constituição Federal proíbe esse tipo de licença a deputados e senadores, que devem renunciar ao mandato a que foram eleitos para assumir, ainda que temporariamente, outro cargo no Legislativo. O documento, no entanto, não define uma regra clara aos vereadores, fazendo com que a conduta seja decidida caso a caso nas câmaras municipais. De acordo com a justificativa do projeto, o modelo atual de ação gera insegurança jurídica e interpretações divergentes. A alteração proposta, segundo o texto, sanaria dúvidas relativas a essa questão.

O projeto é uma espécie de preparação para as eleições de 2026, quando diversos vereadores irão se candidatar a cargos na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Caso fiquem na lista de suplentes, a aprovação do projeto criaria uma rede de segurança aos parlamentares, que manteriam o mandato a que são titulares mesmo assumindo temporariamente outro cargo.

Segundo a presidente da Câmara, vereadora Comandante Nádia (PL), o debate sobre a possibilidade de licença nesse contexto começou a partir de uma solicitação da bancada do PCdoB, apoiada por outras siglas. O projeto então chegou à Mesa Diretora, que resolveu levar o debate ao plenário. A

parlamentar reitera que a Procuradoria-Geral da Câmara não identificou nenhum tipo de irregularidade legal no texto. “Na Constituição, não há um sim e nem um não, deixa em aberto esse caso. O procurador afirmou que seria muito melhor ter no regimento da Casa isso já estipulado”, comenta Nádia.

Como componente da Mesa Diretora, o vereador Alexandre Bublitz (PT) confirma que o projeto foi analisado pelo grupo, mas que a decisão de seguir com a sua tramitação não foi unânime. “É um projeto que, na verdade, visa favorecer as pessoas que já estão no poder e que já têm um mandato, o que prejudica a renovação e a rotatividade. Acaba sendo quase que uma garantia que aquele político se perpetuará sempre dentro do poder”, avalia o parlamentar, que é contrário à proposta. Segundo Bublitz, diversos vereadores tinham interesse em levar essa discussão adiante, como o vereador Jessé Sangalli (PL).

Mesmo sendo favorável à proposta, por se tratar de um “legado” que será deixado à Câmara, Sangalli afirma que nunca protocolou nenhum pedido formal de licença para exercer a suplência em outra casa legislativa. O parlamentar reitera que não possui vínculo com esse ou com outros projetos ligados ao tema.

Na avaliação do vereador Pedro Ruas (PSOL), a proposta é inconstitucional e só traz benefícios aos próprios políticos. “Esse projeto foi protocolado em uma cidade que esteve naufragada há pouco tempo, uma cidade com carências brutais, onde as pessoas não têm onde dormir, não têm o que comer. Mas nós estamos discutindo um projeto para garantir a vida dos políticos”, analisa Ruas.

Como altera o Regimento Interno da Câmara, o texto precisa ser debatido durante duas sessões antes de ser votado. As duas discussões já ocorreram e o projeto já está apto para entrar em votação, o que deve acontecer ainda no primeiro semestre.

MDB gaúcho celebra trajetória política de Ibsen Pinheiro



Ibsen faz 90 anos neste mês

/ PARTIDOS

No mês em que se completam 90 anos de nascimento de Ibsen Pinheiro, o MDB gaúcho promoverá, na próxima segunda-feira, uma homenagem ao legado do ex-deputado no auditório da sede estadual, no Centro Histórico de Porto Alegre, que será reinaugurado e batizado com o nome do político, que faleceu em 2020 aos 84 anos.

Natural de São Borja, Ibsen Pi-

nhairo foi vereador de Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal e presidiu a Câmara dos Deputados. Por duas vezes exerceu o cargo de presidente da República e teve participação na elaboração da Constituição Brasileira de 1988. Também comandou o MDB do Rio Grande do Sul por dois mandatos (2010-2012 e 2015-2017).

Ibsen era jornalista, era advogado e foi procurador de Justiça, promotor do Estado e dirigente do Sport Club Internacional.

Estado abre maior rodada de conciliação de precatórios do RS

/ GOVERNO DO ESTADO

O governo do Estado anuncia nesta sexta-feira abertura da maior rodada de conciliação de precatórios da sua história, segundo informou a assessoria de comunicação do Palácio Pirati-

ni. A coletiva de imprensa terá a participação do governador Eduardo Leite (PSD) e ocorrerá na sede do Executivo gaúcho.

O anúncio deve ocorrer às 10h, com a abertura da 9ª rodada de conciliação de precatórios do Rio Grande do Sul.